TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90028/2024

APRECIÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

I – DOS FATOS

Trata-se de análise de Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90028/2024, enviada por e-mail em 8 de novembro de 2024, às 16h07min, pela empresa Reavel Veiculos Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ nº 30.260.538/0001-04, endereço eletrônico reavelveiculos@gmail.com, com sede em Rua C-180, número 176, quadra 617, lote 19/20, Bairro Nova Suíça, CEP: 74.280-090, Goiânia – Goiás.

II – DO PLEITO

A empresa REAVEL apresenta impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90028/2024, que tem por objeto o Registro de preços para a aquisição de veículo tipo picape, conforme as especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e nos Anexos.

III – DA ADMISSIBILIDADE

A impugnação ao edital Pregão está disciplinada no art. 164 da Lei nº 14.133/21021, que estabelece o prazo para apresentação em até três dias úteis antes da data de abertura do certame, além de haver a previsão no item 13 do Edital em epígrafe.

A peça impugnatória foi enviada por email, na data de 8-11-2024 (sexta-feira), ao passo que a sessão para abertura do certame está marcada para ser realizada no dia 14-11-2024 (quinta-feira).

Por tempestivos, e invocando-se a instrumentalidade das formas, conhece-se da impugnação apresentada.

Registre-se ainda que, em sede de legitimidade ativa, o mesmo dispositivo legal enuncia que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica. Assim, dispensa-se a representação nos autos.

IV – DA APRECIÇÃO

Ressalte-se, preliminarmente, a importância do instrumento da impugnação, não só como meio de manifestação de discordância por parte dos fornecedores e de qualquer pessoa, mas principalmente como mecanismo para o controle e manutenção da lisura nos procedimentos licitatórios. Destarte, ao apreciar as peças impugnatórias, esta Administração tem o interesse em analisar as irregularidades ou falhas apontadas e promover as alterações naquilo que for pertinente, com vistas à observância aos princípios que norteiam os procedimentos das compras públicas.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Cumpre lembrar que a impugnação ao edital não possui efeito suspensivo e por isso sua apresentação não implica obrigatoriamente na paralisação do procedimento.

Importa esclarecer que o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90028/2024 foi devidamente analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica deste Tribunal, nos termos do artigo 53 da Lei nº 14.133/2021.

Assim, passa-se a análise das razões da impugnação.

Em linhas gerais, a impugnante aduz que as exigências constantes no edital restringem a participação de outras empresas que não sejam fabricantes e concessionárias autorizadas e prejudicam a competitividade do certame, ferindo, no seu modo de vista, os princípios do processo licitatório e, requer a exclusão da exigência de primeiro emplacamento em nome do ente proponente e, por fim, que o ato convocatório seja retificado.

Inicialmente, mostra-se imperioso lembrar que o processo de contratação pública deve harmonizar diversos interesses, dentre os quais os princípios da isonomia e da ampla participação no certame. Logo, qualquer exigência superlativa ao objeto precisa se submeter aos princípios correlacionados.

De todo modo, a definição das exigências acerca do objeto a ser licitado constitui-se numa vontade discricionária do Administrador que comporá, segundo as suas necessidades, utilidades, qualidades, operacionalidade, funcionabilidade, economicidade, dentre outros, enfim identificará e escolherá as exigências que melhor atendam aos interesses e conveniência da Administração.

Nada obstante, ficou demonstrado na instrução processual que existem várias marcas / modelos de veículos que atendem aos requisitos fixados no edital. Descabe-se, assim, falar-se em restrição de caráter competitivo da licitação ou quebra do princípio da isonomia ou qualquer outro.

Nesse sentido, é necessário ponderar os princípios que afetam a participação de qualquer interessado em certames licitatórios, o que implica dizer que os princípios serão aplicados em graus diferentes, mas não serão afastados de todo. Afinal, conforme exposto por Robert Alexy [Teoria dos Direitos Fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008. Páginas 90-91]:

“...Princípios são, por conseguinte, mandamentos de otimização, que são caracterizados por poderem ser satisfeitos em graus variados e pelo fato de que a medida devida de sua satisfação não depende somente das possibilidades fáticas, mas também das possibilidades jurídicas”.

Ademais, a aplicação dos princípios demanda um processo de concretização sucessiva, até alcançar o grau de densidade próprio das regras (legais ou infralegais). Assim, os princípios trazidos pela Lei nº 14.133/2021 são compatíveis ou se identificam com os princípios gerais regedores da administração pública como um todo, em especial com aqueles previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal.

Haverá situações de contraposição entre eles, cuja solução consiste não na exclusão de nenhum deles da ordem jurídica, mas em um adequado procedimento de ponderação,

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

segundo o peso e importância de cada um. Ou seja, a solução será dada pelo caso concreto de acordo com as suas circunstâncias e com a máxima compatibilização possível dos valores envolvidos.

De outra parte, a escolha feita pela Administração Pública não pode ser arbitrária, ao contrário, deve ser motivada. Em suma, a licitação exige, necessariamente, algum tipo de restrição, pois, no momento em que se definem as exigências do Edital, afasta-se a possibilidade de participação dos produtos que não as detêm. O que não se admite, e assim prevê tanto o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal como o art. 9º, inciso I da Lei nº 14.133/2021, é o estabelecimento de exigências que restrinjam o caráter competitivo das licitações em razão de circunstância impertinente ou irrelevante para a aquisição objeto do certame.

Deve-se avivar que um dos princípios mais importantes da Administração Pública é o da eficiência, e um dos meios para perfazer o mesmo é buscar proposta mais vantajosa por meio das contratações norteadas pela Lei Geral de Licitações, em regra, com economicidade, onde por vezes o uso da discricionariedade se faz necessário.

A respeito da economicidade e da discricionariedade por parte da Administração, Marçal Justen Filho ensina que: (FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Dialética, 2009, p. 63.)

“Economicidade significa o dever de eficiência. A economicidade impõe adoção da solução mais conveniente e eficiente sob o ponto de vista da gestão dos recursos públicos. Toda atividade administrativa envolve uma relação sujeitável a enfoque de custo-benefício. O desenvolvimento da atividade implica produção de custos em diversos níveis. Assim, há custos relacionados com o tempo, com a mão-de-obra etc.”

“Como regra, a seleção da alternativa far-se-á em face dos benefícios potenciais de natureza econômica e dos riscos envolvidos. Quanto maiores os benefícios econômicos que poderão advir de uma certa solução, tanto mais intenso será o dever de adotá-la.”

“O legislador não se encontra em condições de definir, de antemão, a solução mais adequada em face da economicidade. Há escolhas que somente poderão ser adotadas no caso concreto, tendo em vista as circunstâncias específicas, variáveis em face das peculiaridades. Por isso, a lei remete a escolha ao administrador, atribuindo-lhe margem de liberdade que permita a satisfação do princípio da economicidade. Concede-se liberdade ao agente administrativo precisamente para assegurar que opte pela melhor solução possível, em face do caso concreto”.

Vale salientar que um dos objetivos das licitações públicas é assegurar a todos os licitantes igualdade de condições, consolidando assim o princípio constitucional da isonomia. Porém, para consecução desse objetivo deve se observar que a finalidade da Licitação é selecionar proposta mais vantajosa para o interesse da Administração Pública, logo da coletividade, e se da coletividade, deve sobrepor aos interesses privados, pois se trata de bem comum, social, coletivo. Assim, o princípio da vantajosidade para a Administração Pública na licitação em tela deve prevalecer.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

A licitação é o instrumento de seleção que a Administração Pública se utiliza, objetivando obter a proposta mais vantajosa aos seus interesses, é certo que o sentido de “vantajosa” não é sinônimo de mais econômica financeiramente, já que, a licitação busca selecionar o contratante e a proposta que apresentem as melhores condições para atender a reclamos do interesse coletivo, tendo em vista todas as circunstâncias previsíveis (preço, qualidade etc).

O Administrador ao objetivar uma contratação, obriga-se como regra geral, a se submeter à Lei de Licitações e ao seu substrato legal de forma vinculativa no que for peculiar e enquadrável ao objeto licitado. Assim, a elaboração do instrumento convocatório extrairá da norma licitatória, as disposições que o regerão, adequando e adaptando ao objeto licitado, tendo a lei deixado espaço para que a Administração Pública utilize-se do Poder Discricionário à composição de seu objeto e exigências, consoante os princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade.

É o juízo discricionário do Administrador que determina as especificações das exigências, de modo a extrair as melhores condições de sua utilização para adequar-se as suas realidades, sempre pautadas na razoabilidade e proporcionalidade dos meios aos fins, pois quando a lei confere ao agente público competência discricionária, isso significa que atribuiu ao agente o dever/poder de escolher a melhor conduta, dentre um universo de condutas possíveis, para a plena satisfação do interesse público, sendo a busca deste interesse que pautou as exigências contidas no Edital e no Termo de Referência do certame em questão.

Dessa forma, para embasar o interesse público e a gestão dos recursos com responsabilidade e eficiência é que na fase preparatória do certame haviam sido observadas as condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a aquisição objeto do certame e o atendimento das necessidades da administração.

Além de tudo, conquanto compete ao órgão solicitante a elaboração das exigências do objeto licitado, a presente impugnação foi remetida à Coordenadoria de Material e Logística, para análise e posterior manifestação acerca dos pontos questionados pela Impugnante. Feitas as devidas ponderações, a Coordenadoria solicitante manifestou o seguinte:

No que concerne à exigência de que o primeiro emplacamento seja efetuado em nome do contratante, a Deliberação nº 64/2008 do CONTRAN define o conceito de veículo novo, tal como a exigência do edital, verbis:

ANEXO DELIBERAÇÃO Nº. 64/2008

2 – DEFINIÇÕES

Para efeito dessa Deliberação define-se

(...)

*2.12 – VEÍCULO NOVO – veículo de tração, de carga e de transporte coletivo de passageiros, reboque e semi-reboque, **antes do seu registro e licenciamento.***” (grifo nosso)

O entendimento contrário que milita em favor da possibilidade de participação de revendedores, o que permitiria o segundo emplacamento, tem fundamento, principalmente, no princípio da livre concorrência, expresso no artigo 170, IV, da Constituição Federal.

No entanto, sobre tal situação, o Tribunal de Contas da União já se manifestou:

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

RELATÓRIO. Com relação às alegações da representante, o fato de o TCU, no Acórdão 1630/2017-Plenário (TC 0009.373/2017-9, Relator Min. Benjamin Zymler), ter admitido como regular a restrição, no edital da licitação, de participação, em uma licitação para aquisição de veículos novos, apenas empresas fabricantes de automóveis e revendas formalmente credenciadas pelos fabricantes, não torna a não exigência irregular. (TCU. Acórdão de Relação 1009/2019. Plenário.)

Neste contexto, caso a empresa impugnante não seja revendedora autorizada ou fabricante, ela precisaria adquirir o veículo de um concessionário, realizar seu registro, licenciamento e emplacamento conforme o Código de Trânsito Brasileiro, para, somente depois, transferi-lo a um terceiro por meio do preenchimento do recibo de transferência (DUT). Nesse caso, o veículo, que originalmente seria novo, passaria a ser classificado como seminovo, tornando-se impossível a entrega de um veículo verdadeiramente novo.

A Administração Pública tem a prerrogativa de manter a exigência impugnada, desde que devidamente fundamentada com base nas necessidades efetivas do ente público, o que está devidamente justificado nos autos.

Assim, não se configura qualquer ilegalidade na exigência, tampouco há restrição à competitividade ou direcionamento que possa prejudicar o andamento do certame. Não existem elementos que indiquem risco de comprometimento da competitividade ou da igualdade entre os proponentes.

Renata Silva

NCATT

Em face do exposto, repisando-se que o Edital correlaciona as exigências consideradas pertinentes pela Administração e se encontra em conformidade com a legislação vigente, não há motivos para sua alteração.

V – DA DECISÃO

Por todo o exposto, este Pregoeiro decide conhecer da Impugnação interposta pela empresa REAVEL VEÍCULOS LTDA, conquanto ter sido apresentada de forma tempestiva.

Quanto ao mérito, decide NEGAR-LHE provimento, mantendo inalterado o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90028/2024, bem como a data e o horário da sessão pública para abertura de proposta.

Dê-se ciência à impugnante com cópia desta decisão.

Campo Grande - MS, 13 de novembro de 2024.

CARLOS ALBERTO BARLERA COUTINHO

PREGOEIRO